

EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: entrelaçando discussões relevantes para o contexto educacional

Rejane Maria da Silva Farias¹; Marlon Tardelly Morais Cavalcante²; Rômulo Tonyathy da Silva Manguiera³; José Jorge Cassimiro dos Santos⁴

1 Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/ CCT, e-mail: rejane.silvarms@hotmail.com

2 Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/ CCT, e-mail: marlontardelly@gmail.com

3. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/ CCT, email: tonyathy@hotmail.com.br

4. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/ CCT, e-mail: jorge.cassimiro14@gmail.com

RESUMO

A escola é um espaço social de formação em que a aprendizagem de conteúdos e de práticas deve favorecer a inserção dos indivíduos nas questões ínsitas à sociedade; de maneira que estes se façam capazes de agir consciente e criticamente perante as situações da vida real, tendo como referencial o bom senso e a capacidade de ler, interpretar e se posicionar eticamente ante e entre a diversidade das intenções apresentadas, em um universo cultural amplo e complexo. Essa é uma das funções básicas da escola na atualidade, senão a sua principal razão de ser. Contudo, se percebe em diversos contextos que a mesma, acaba se encarregando de segregar e separar muito mais do que agregar os seres que nela estão inclusos, o que contribui para a exclusão de quem é diferente dos que seguem o padrão de normatividade. Desde o ensino fundamental ao ensino superior, a escola discrimina e exclui pessoas e grupos sociais. Esse texto busca refletir o papel da escola na formação cidadã dos seres, levando em consideração essa segregação instituída no âmbito educacional, bem como analisar como essa instituição trata o diferente, uma vez que a escola delimita espaços, segrega e institui, e quando se trata das questões inerentes a gênero essa realidade não seria diferente. As instituições de ensino por vezes acabam trazendo mais o preconceito e delimitando os espaços do que outras instituições, talvez por se tratar de espaços onde todos se encontram das mais variadas esferas, esse encontro muitas vezes permeado pelos preconceitos e conceitos individuais acabam deixando prevalecer a ideia de alguns em detrimento de outros. Como suporte para esse trabalho se fará uma análise bibliográfica crítica a respeito do papel da escola como formadora de opinião, de modo que se buscará refletir sobre as possibilidades de respeitar, no âmbito do ensino regular, a igualdade e ao mesmo tempo, a diversidade existente entre os seres e os grupos humanos, na perspectiva da inclusão. Parte-se da hipótese de que a igualdade não equivale à uniformidade e de que essa igualdade só se assegura se a diversidade existir.

Palavras – Chave: Escola, Inclusão, Preconceito, Gênero.

Introdução

A educação é um direito constituído mundialmente como um dos mais primordiais direitos humanos, necessário à formação cidadã de todos os indivíduos que convivem em sociedade, subtende-se que estando os demais direitos interligados, tendo acesso à educação os seres terão mais facilidade de requerer os demais, uma vez que através da educação se adquire o senso crítico e formador.



Contudo, percebe-se que tendo a educação essa missão de agregar e contribuir para a formação crítica dos seres, ela por diversas vezes segrega e separa muito mais do que agrega. A própria escola é responsável por separar que é diferente de quem segue o padrão de normatividade, desde o ensino fundamental ao ensino superior, a escola discrimina e exclui pessoas e grupos sociais.

Esse texto busca refletir sobre o papel da escola na formação cidadã dos seres, bem como analisar como essa instituição trata o diferente, uma vez que com efeito a escola delimita espaços, segrega e institui. As instituições de ensino por vezes acabam trazendo mais o preconceito e delimitando os espaços do que outras instituições, talvez por se tratar de espaços onde todos se encontram das mais variadas esferas, esse encontro muitas vezes permeado pelos preconceitos e conceitos individuais acabam deixando prevalecer a ideia de alguns em detrimento de outros.

METODOLOGIA

Far-se-á nesse trabalho uma análise bibliográfica crítica a respeito do papel da escola como formadora de opinião, de modo que se buscará refletir sobre as possibilidades de respeitar, no âmbito do ensino regular, a igualdade e ao mesmo tempo, a diversidade existente entre os seres e os grupos humanos, na perspectiva da inclusão. Parte-se da hipótese de que a igualdade não equivale a uniformidade e de que essa igualdade só se assegura se a diversidade existir.

A análise bibliográfica crítica surge com a finalidade principal de discutir uma problemática com base em referências teóricas e destacar as contribuições científicas já existentes sobre determinado conteúdo. Deste modo, investigamos ao máximo a literatura sobre gênero, sexualidade e educação, estabelecendo conexões entre as ideias de corpo, poder, cultura machista e os novos paradigmas da cultura e subjetividade, que acabam influenciando diretamente e indiretamente no meio educacional, tais temáticas analisadas são defendidas por Louro (2012), Foucault (1998), Dias (2013), Moran (1996), dentre outros teóricos analisados na estrutura do trabalho, o que possibilitou uma análise crítica rica em conhecimentos que norteiam a prática educativa e as influências advindas da temática central sobre gênero, sexualidade e educação.



GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

Sabidamente, a escola é um espaço social de formação e de informação, em que a aprendizagem de conteúdos e de práticas deve de modo direto, favorecer a inserção dos indivíduos nas questões ínsitas à sociedade; de modo a que estes se façam capazes de agir consciente e criticamente perante as situações da vida real, tendo como referencial o bom senso e a capacidade de ler, de interpretar e de se posicionar eticamente ante e entre a diversidade das intenções apresentadas, em um universo cultural amplo e complexo. Essa é uma das funções básicas da escola na atualidade, senão a sua principal razão de ser.

Contudo, as diferenças, as distinções, as desigualdades, as diversidades, as discordâncias, as assimetrias, as irregularidades diante dos padrões normativos, dentre outras, são atitudes e situações geralmente evidenciadas dentro dos recintos escolares como algo negativo e desviante. Tradicionalmente, a escola, como instituição de disciplinamento, assim como a educação formal por ela oferecida, se incumbiu de separar e de selecionar os sujeitos; de modo que, quem faz parte dessa instituição, era e ainda é visto como sujeito privilegiado. Quem não tem acesso à educação escolar é como se *estivesse de fora*, e já automaticamente excluído ou excluída das oportunidades de ascensão social; tornando-se, só por isso, alguém *diferente*, por entendido(a) como exceção à *normose* das instituições sociais.

As escolas se constituíram como sendo instituições que classificam e que confirmam hipóteses criadas pela sociedade. De forma geral, o que é defendido e disseminado no âmbito educacional acaba por virar verdade instituída e, portanto, praticamente inquestionável. Todavia, se voltarmos um olhar mais atento para as escolas, elas nos mostrarão que todos os processos educativos sempre estiveram - e estão - preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos e as ideologias de meninos e meninas, jovens, mulheres e homens (LOURO, 2012 p.08).

A escola, com efeito, delimita espaços. Ela afirma o que cada pessoa deve fazer para ser bem aceita dentro da sociedade. Ela segrega e ela institui. Ordinariamente, ela separa *quem é pequeno* de *quem é grande*, *quem é menino* de *quem é menina*, *quem é inteligente* de *quem é menos inteligente...* e faz questão de evidenciar essas e muitas outras diferenças de ordem ao longo do tempo. Com base nessa prática sistemática das ordens e das normalidades, ela transmite saberes, veicula disciplinas e imanta valores que reproduzem a evidência de que *os grandes* historicamente

se sobressaíram aos pequenos, de que *os fortes* suplantaram os frágeis e de que as mulheres sempre foram relativamente incapazes *diante dos homens*.

Por isso, os sentidos – não apenas os intelectos, sob cuja ordem prevalece a sedimentação dos discursos - devem estar afiados, a fim de que sejamos capazes de ver, de ouvir e de sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos, implicadas na concepção, na organização e no fazer do cotidiano escolar de segregação; sempre atentando para a compreensão das diversas formas de pensar, de sentir e de agir mediante as propostas da vida institucional, na tentativa contínua de atualizá-las e de superá-las como meras circunscrições disciplinares e programáticas.

Na escola, não obstante todas as suas imantações de ordens e de discursos, todos e todas podem aprender e ensinar muitas e distintas lições, das mais variadas formas; e serão essas lições - atravessadas pelas diferenças - que livremente confirmarão e produzirão a percepção da diversidade e da multiplicidade entre os indivíduos, os grupos e os seus meios. Evidentemente, nenhum sujeito que propugne por sua liberdade pode ser passivo, ou permanecer um(a) submisso(a) receptor(a) de imposições externas. Ativamente, todos e todos, no meio escolar e nas mais diversas situações da vida social, devem estar envoltos e serem envolvidos nas múltiplas aprendizagens – a fim de, diante delas, reagirem, responderem, recusarem ou assumirem-nas parcial ou inteiramente.

Disso se segue que é indispensável questionar *sempre* não apenas o que é ensinado na escola, mas o modo como é ensinado; tanto quanto o sentido que se confere ao que se aprende e ao que se ensina no âmbito escolar - não sendo permissível que as linguagens, as ações e as posturas de quem ensina e de quem aprende retomem conceitos pré-moldados em pressupostos de gênero, ou ainda que retornem à casa de velhos preconceitos ou de velhas convenções morais. Há de haver atenção, sobretudo, com a linguagem empregada na construção dos discursos de aprendizagem e na veiculação dos conteúdos que se ensina, a fim de se precisar se algo, nos componentes e nas metodologias, não rescende a sexismo, a racismo ou a etnocentrismo - dos quais muitas de nossas visões e de nossos conceitos ainda estão provavelmente impregnados. Contudo, essa não é uma tarefa fácil, já que todos e todas nela hão de estar invariavelmente envolvidos de uma maneira vital.

No que toca as questões de gênero, há sim a necessidade de se modalizar o discurso, não apenas em razão de exigências em torno do *politicamente correto*, mas como sinal de respeito e de solidariedade às diferenças, quando estas ainda forem historicamente arranjadas em características e em disposições de predominância de uma sobre as outras. Por exemplo, um orador ou um professor que, durante um curso ou um discurso, se dirige a uma sala cheia de mulheres, nela havendo apenas alguns poucos homens, não deve falar com aquele público – ainda que sob a aparente aura da



neutralidade gramatical - como se fosse masculino, em detrimento da esmagadora maioria feminina que se encontra ali presente. Nesse mesmo sentido, igualmente se evidencia o bom senso na substituição do emprego da expressão *homem* - muitas vezes usada para genericamente determinar toda a humanidade - por *ser humano*.

O que se ressalta aqui é a necessidade de se perceber e de se ter clareza quanto às intenções do que se fala, assim como a respeito das motivações de costumes e de hábitos, os quais inopinadamente são reproduzidos no cotidiano a reverberarem privilégios de exceções e de exclusões históricas. Afinal, tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos parece ser perceber o *não-dito*, aquilo *que é silenciado*, ou que *permanece invisível*, e não constranger-se em reconhecer a sua presença e a necessidade de sua inserção em um mundo que urgentemente demanda *ser melhor* e mais consequentemente partilhado - algo bem acima do que ser apenas superficialmente tolerado.

Em consonância a isso, outra atitude que veladamente expressa racismo de gênero, especialmente no ambiente escolar, ainda que às vezes por omissão ou por covardia, é o fato de não se falar a respeito dos e das homossexuais, ou a eles e a elas não se referir no contexto dos trabalhos escolares ou mesmo em seu cotidiano. Esse apagamento, como sintoma de mal-estar, pretende tácita ou simbolicamente eliminá-lo(a)s, ou pelo menos evitar que os alunos e as alunas, tidos como *normais*, tomem conhecimento da existência dessas pessoas. Acredita-se que, talvez assim, contidos, contingenciados, silenciados não possam as gays e os gays influenciar, nem contaminar ninguém *com os seus modos* na escola. Dessa forma, permanecer cooptado diante de um regime de esvaziamento dos sentidos do ser, silente ante um código vigente de acanhamento e de descrédito da liberdade e do afeto, constitui uma verdadeira ofensa à dignidade das pessoas gays e não gays - ainda que se esteja muito longe de entender o assunto dessa forma.

Os livros e os materiais didáticos, por sua vez, também podem massivamente se constituir e se apresentar como uma forma inconsequente de disseminar as ideias dominantes de preconceitos e de pré-julgamentos, inclusive de gênero, em meio à estudantada. Os esquemas didáticos - que veiculam modos de vida burguesa, que confundem intelectualidade com cultura, erudição com conhecimento e que, no íntimo, incitam ao individualismo e à competição de um consumismo egoísta - podem incentivar e mesmo instalar, de forma avassaladora, sub-reptícias tendências fascistas: as quais dispõem os sujeitos a lidar com as diferenças apenas em face das vitrines da democracia e do discurso comunicativo.





Sob esse aspecto, muitos conteúdos didáticos podem se tornar fortes aliados da tarefa *de diminuir ainda mais quem já está por baixo*, posto que a intenção anunciada seja inversa. Dizemos isso, por exemplo, com relação às leis que obrigam as escolas a insidiosamente adotarem em seus currículos e a artificialmente contemplarem em seus planejamentos os conteúdos relativos à valorização e ao reconhecimento afirmativo das minorias, da diversidade, da multiplicidade, etc.

Nesses casos, no mais das vezes, ocorre o que tão bem se traduz conforme o dizer popular: o *conserto sai pior do que a emenda* - haja vista que a maioria desses conteúdos é trabalhada de forma caricaturesca, descuidada, não comprometida e inconsequente (quando não, são carnavalizados em festejos que tomam conta da escola, sem absolutamente em nada contribuírem para a educação conscientizadora, ética e crítica dos e das estudantes).

Outras vezes, ditos conteúdos são apresentados como inventários esparsos ou superlativamente alienados da realidade, e geralmente são vistos como artigo imagético de um mundo distante no tempo e no espaço. A contrassenso disso, nesse escopo do trabalho com as diferenças, a escola tem de ter consciência de que a abordagem adotada deve ser sempre a da sua própria realidade, não precisando ser importada de nenhum outro lugar. Talvez mais importante do que determinar se as distinções percebidas são naturais ou culturais, seja observar o efeito que essas questões relativas à diversidade vêm tendo na organização e na prática dos trabalhos escolares.

Também aqui é evidente a matriz que essa dicotomia entre o natural e o cultural assume quando os padrões privilegiados de gênero e de raça, inclusive no contexto curricular e da escola, preponderantemente apontam para o modelo do homem, *masculino, ocidental, branco e heterossexual* – uma matriz a qual não é outra, senão a do preconceito, do etnocentrismo e da ignorância histórica e filosófica: a respeito de si e da própria realidade. Como consequência lógica desse padrão inconscientemente sustentado e disseminado pelos usos, discursos, valores e práticas das instituições sociais e, em específico, educacionais, todos os sujeitos e todos os comportamentos que não convirjam para este estereótipo ou são percebidos como *alternativos* ou mesmo prosseguem a ser tratados como problemas e desvios.

É nessa base de aparente exigência natural que igualmente se dá, desde muito cedo na escola, e antes até mesmo em casa, *a separação entre meninos e meninas*: entre coisas, objetos, afazeres e habilidades *de meninos e de meninas* – algo que, de maneira incoercível e inconsiderada, daí então passa a reproduzir-se por toda a vida. A própria escola estipula tarefas, objetos e comportamentos que são tipicamente *de meninas* e outros *que são de meninos*. Essa separação





acaba por *naturalmente* segregar os próprios saberes e habilidades, como sendo característicos de um ou de outro gênero.

A maioria das atividades igualmente termina por ser unilateralmente dividida em grupos - que invariavelmente também se orientam por critérios de gênero; nos quais, de maneira ainda mais efetiva, *se separam meninos de meninas*. O interessante disso é, talvez, perceber que as meninas, provavelmente pelo fato de saberem desde muito cedo que não lhes cabe a imprecisão da liderança ou a primazia do comando, acabam por aprender a lidar com o trabalho em grupo de maneira relativamente menos conflitiva e geralmente mais produtiva do que os meninos. Pobres meninos...

Ainda com relação a estas dicotomias de gênero no espaço escolar, observa-se igualmente que há, sobretudo nas séries iniciais do Ensino Fundamental, muitas crianças que desejam participar das atividades que são *controladas* pelo outro gênero. São situações as quais, às vezes de maneira traumática, enfatizam fronteiras e limitações - provavelmente vividas com muita dificuldade pelos pequenos, que em geral não se adequam nem se acomodam diante das situações de conflito com o automatismo que se espera, por exemplo, dos adultos nas situações da vida social.

Com relação à educação ou à orientação sexual, que está longe de ser ampla e irrestritamente discutida na escola, as discussões geralmente não são apresentadas de forma aberta nem esclarecedora (embora muitas vezes estejam postos a este respeito todos os suficientes dispositivos curriculares). A sexualidade, contudo, é algo indissociável de qualquer espaço ou relacionamento humano; está na escola porque ela é inerente aos sujeitos escolares (crianças, adolescentes e jovens; professores, funcionários, colaboradores e pais ou responsáveis). A sexualidade, de fato, não é algo que possa ser *desligado* ou do qual alguém possa *livrar-se*, sob a pretensa aura moralista de imaturidade ou de ingenuidade para a compreensão de seus *constrangedores assuntos*.

Diante da sexualidade dos estudantes, a escola, na prática, lhes ensina a lição do silenciamento e da dissimulação. Aprendendo a dissimular, os jovens acabam por negar as suas origens e as suas emoções, por tentar anular ou represar os seus sentimentos e as suas vontades; passando muitos e muitas a com eles traficar, negociar - aprendendo da pior maneira a lidar com as sensações, com os desejos, com as emoções e com os sentimentos. Muitos e muitas pretendem, diante de tamanha incompreensão, renegar a sua sexualidade; ou, ao contrário, doentamente exacerbá-la - quase sempre em desequilíbrio psíquico e em distonia emocional.

Para que um ou uma jovem homossexual, por exemplo, chegue a se reconhecer e a se aceitar nessa condição, será preciso que ele ou ela consiga desvincular a condição de gay ou de lésbica dos significados degenerados aos quais aprendeu a associar essas expressões não parametrizadas da



sexualidade. Ou seja, será preciso deixar de percebê-los – de acordo com as prédicas da *normose* sexista e moralista assentes em nossa sociedade – como desvios, como patologias ou como formas antinaturais e imorais de sexualidade: algo, portanto, praticamente impossível de conseguirem sozinhos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante a compreensão crítica da formação educacional, se faz necessário que cada sujeito, envolvido no espaço e na dinâmica escolar, esteja sempre a se questionar como se produzem e se produziram anteriormente essas diferenças dentro do âmbito e das propostas educacionais, além de que efeitos tais diferenças trazem para a compreensão das pessoas, do mundo e de si mesmo, de um modo geral.

Diante disso, se admitirmos com Foucault (1998) que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos e imanta identidades étnicas, de gênero e de classe; se reconhecermos que essas identidades e subjetividades - (re)produzidas juntamente com a escola - estão intrinsecamente comprometidas com a manutenção de uma sociedade cotidianamente dividida ante a omissão e a indiferença generalizadas; se compreendermos que a prática escolar é historicamente contingente e que é política - isto é, que se transforma e pode ser subvertida -; e, por fim, se não nos sentirmos conformes com essas divisões e alienações sociais, então, certamente, poderemos encontrar justificativas, não apenas para observar, mas especialmente para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades.

CONCLUSÕES

O direito a educação realiza o princípio da dignidade humana no plano individual e coletivo, é através desse direito que muitos seres conseguem se firmar enquanto pessoas que agem e interagem de modo eficaz.

Com isso, se faz necessário que cada sujeito, envolvido no espaço e dinâmica escolar, esteja sempre a questionar como se produzem e se produziram anteriormente as diversidades. O direito a diferença também devem ser observados. Para tanto educadores e educandos devem assumir a tarefa de quebrar o silêncio sobre a diversidade e revelar o invisível. Devem sempre atuar conforme

o paradigma do pensamento complexo, único capaz de abordar a diversidade humana e de permitir a adaptação às diferenças e entende que se revela hoje num mundo em constantes transformações.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília:SECAD, 2006.

DIAS, Roberto. **A cultura machista e o papel social da mulher. Causas perdidas**. Disponível em: <http://causasperdidas.literatortura.com/2013/08/01/a-cultura-machista-e-o-papel-social-da-mulher/>
Último acesso em: 11 de Jul de 2016 às 16h11min

FOUCAULT. **O corpo e o poder disciplinar**. Revista digital Buenos Aires. Ano 14. Nº 136. 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes, 2012.

MORIN, Edgar. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SANTOS, Joedson Brito dos. **Avanços e desafios da educação brasileira na atualidade: uma reflexão a partir das contribuições de hannoun e a educação infantil como uma aposta enactante**. Universidade federal da Paraíba – UFPB. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/JoedsonBritodosSantos-ComunicacaoOral-int.pdf>. Último acesso em: 30 de agosto de 2016 às 10h22min

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Diferenças de gênero**. Disponível em: drauziovarella.com.br/mulher-2/diferencas-de-genero/ ultimo acesso em: 13 de agosto de 2016